

Metodologia ABDE-PNUD

de Alinhamento do Sistema Nacional de Fomento
aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável







Metodologia ABDE-PNUD

de Alinhamento do Sistema Nacional de Fomento
aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Ficha Técnica

Cooperação técnica: Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Coordenação técnica: Cristiano Prado (PNUD) e Kesia Braga (ABDE)

Consultores técnicos: João DeNegri e Eric Jardim Cavalcante

Revisão técnica: Maristela Baioni, Cristiane Viturino e Luciano Milhomem

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO (ABDE)

A Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) reúne as 34 instituições do Sistema Nacional de Fomento, presentes em todo o país — composto por bancos públicos federais, bancos de desenvolvimento controlados por unidades da Federação, bancos cooperativos, bancos públicos comerciais estaduais com carteira de desenvolvimento, agências de fomento—, além da Finep e do Sebrae. A ABDE define estratégias e executa ações promotoras do SNF, tendo como meta constante o aprimoramento da atuação de seus associados, para que essas instituições financiem com eficiência o desenvolvimento sustentável brasileiro.

Assembleia de Associados

Presidente: Aloizio Mercadante

Diretoria

Presidente: Celso Pansera

1º Vice-Presidente: José Luis Gordon

2º Vice-Presidente: Heraldo Alves das Neves

Diretores: Euler Antônio Luz Mathias, Cleidir Assisio Magri, Wilson Bley Lipski, Daniel de Castro Borges, Marcelo Barbosa Saintive, Márcia Faria Maia e Ruth Pimentel Mello.

Equipe ABDE

Secretária-executiva (interina): Cristiane Viturino

Gerentes: Kesia Braga (GESEC), Thais Schettino (GECOM), Cristiane Viturino (GERIG) e Caroline Lompa (GERAF)

Equipe técnica ABDE:

Gerência de Sustentabilidade e Economia (GESEC): Camila Leotti, Henrique Schmidt e Sofia Corrêa

Gerência de Comunicação (GECOM): Wesley Valadares, Giovana Alves de Lima e Joyce Ponteiro

Gerência Administrativo-Financeira (GERAF): Letícia Lima, Walkiria Santos Moraes e Ana Paula Magalhães

Gerência de Relações Institucionais e Governamentais (GERIG): Anna Eloyr, Mariana Ramos Oliveira, Cristiano Antônio da Silva, Amanda Bior dos Santos e Cristiane Cimas

Contatos:

(61) 99801-0565 | gesecc@abde.org.br | www.abde.org.br

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD)

O PNUD trabalha em 170 países e territórios para erradicar a pobreza enquanto protege o planeta. Apoia os países no desenvolvimento de políticas, habilidades, parcerias e instituições sólidas para que possam sustentar seu progresso.

Representante Residente: Katyna Argueta

Representante Residente Adjunto: Carlos Arboleda

Representante Residente Assistente: Maristela Baioni

Líder da Unidade Desenvolvimento

Socioeconômico Inclusivo: Cristiano Prado

Oficial de Programa da Unidade de Desenvolvimento

Socioeconômico Inclusivo: Maria Teresa Amaral Fontes

Associada de Programa: Mônica Azar

Gerentes de Projetos:

Guilherme Berdú

Luciana Brant

Thais Pires

Assistentes de Projetos:

Karen Barros

Maria Beatriz Nakatami

Marina Rocha

Melissa Silva

Clerk:

Isadora Ruotulo

Manuela Lima

Equipe de Comunicação — PNUD

Luciano Milhomem

Rafael Campos

Roberto Astorino

Flávia Amaral de Faria

Manoel Salles

Contato: dsi.br@undp.org

A ABDE e o PNUD agradecem a contribuição dos especialistas Andrej Slivnik, Bruna Araújo, Flavia Carvalho de Moraes e Silva e Gabriel Breves, e da consultora Petrina Santos na parte inicial do trabalho.

Metodologia ABDE-PNUD

de Alinhamento do Sistema Nacional de Fomento
aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Brasília, agosto/2023.

Carta de Apresentação



Visão norteadora para o Sistema Nacional de Fomento na década de ação

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são uma lente pela qual podemos vislumbrar o futuro que queremos: um mundo em que todos, indiscriminadamente, têm acesso a moradia digna, segurança alimentar, água limpa, trabalho decente e um planeta habitável para todas as vidas na Terra. Essa é a visão norteadora que alia uma economia próspera e um planeta preservado a um desenvolvimento justo e inclusivo.

O desafio dos ODS está em sua própria natureza, uma vez que objetivos dependem da ação para se materializarem. Na última década, a Organização das Nações Unidas (ONU) tem feito o chamado para que os países mobilizem recursos para o financiamento do desenvolvimento sustentável e para a descarbonização da economia, destacando o papel dos bancos públicos para dar escala aos investimentos em setores estratégicos para essa missão. Para o alcance das metas até 2030, se tornou imprescindível intensificar os esforços de mobilização dos recursos necessários para fortalecer o nosso sistema rumo a um modelo de produção mais justo e sustentável.

Na década da ação, o Sistema Nacional de Fomento (SNF) chama para si, no Plano ABDE 2030 de Desenvolvimento Sustentável, o desafio de ser o braço financeiro do alcance dos ODS no Brasil, orientando as Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFDs) para fortalecer sua contribuição a partir de sua capilaridade e protagonismo no financiamento de longo prazo no país. Nesse sentido, é com o objetivo de fomentar o debate sobre o papel do SNF na agenda dos ODS que foi firmada a cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento — PNUD, um aliado central da ABDE na disseminação dos ODS entre as instituições financeiras no Brasil.

Fruto dessa cooperação, a construção dessa metodologia é um importante passo nesse sentido, pois permite uma compatibilização entre os ODS e o escopo de atuação do Sistema Nacional de Fomento, gerando dados sobre os recursos aportados pelas instituições para o alcance de cada Objetivo. Por isso, essa metodologia e análise representam um significativo passo para que esse Sistema possa escalar os investimentos nos ODS, ao fornecer um diagnóstico das potencialidades e necessidades de adaptação do Sistema para o financiamento desses compromissos.

Esperamos que esta metodologia permita explorar o potencial de contribuição das Associadas da ABDE para a Agenda 2030 no Brasil e oriente a atuação do Sistema Nacional de Fomento em direção a um futuro em que os portfólios das instituições estejam inteiramente alinhados com os ODS. Estamos certos de que essa publicação é um importante passo para tanto.

Boa leitura a todos!

Celso Pansera

Presidente da ABDE e da FINEP

Carta de Apresentação

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são um conjunto inspirador de 17 objetivos estabelecidas pela Organização das Nações Unidas, em conjunto com seus países-membros, em 2015. Os ODS derivam da Agenda 2030 e buscam tangibilizar caminhos, ações e metas a serem perseguidas para tornar o mundo um lugar melhor e mais justo para todas e todos até o fim desta década.

Esses objetivos não são apenas uma visão utópica, mas sim um chamado à ação para que governos, empresas, organizações e indivíduos trabalhem juntos. É a união de forças e propósitos que permite a transformação da sociedade e o desenho de caminhos que promovem o desenvolvimento sustentável, reduzindo as desigualdades e permitindo a todas e todos terem uma vida plena.



O desafio é imenso, e a ambição das parcerias também precisa ser. O PNUD, no nível global, tem uma meta de investimento de US\$ 1 trilhão que pretende reunir em prol dos ODS, seja por meio de recursos financeiros mobilizados, seja por meio de recursos direcionados por parceiros que possam apoiar a efetivação desses Objetivos. O Brasil tem papel crítico para a transformação dessa ambição em realidade, e o setor financeiro — e em particular a parcela deste setor dedicada ao fomento e ao desenvolvimento — tem o desafio de assumir esse protagonismo, orientando investimentos públicos e privados.

Este trabalho é um exemplo concreto da parceria em prol dos ODS da Agenda 2030 no país. O PNUD se orgulha de atuar junto com a ABDE, que reúne e representa o Sistema Nacional de Fomento, para criar e disponibilizar uma metodologia inovadora capaz de mapear o fluxo financeiro do setor para os ODS. Essa metodologia é um legado que permite ao Sistema ter uma visão ampla de como seus recursos estão sendo direcionados para os ODS, possibilitando entendimento, reflexões, planejamentos, alinhamentos e destinação/aplicação aos Objetivos que mais se adequam de acordo com a estratégia de cada instituição e do Sistema Nacional de Fomento como um todo.

A metodologia e os resultados apresentados neste documento são um meio, não um fim em si próprio, e devem ser enxergados como uma ponte que nos ajuda a caminhar da situação atual a um futuro melhor. Eles nos mostram que muito já está sendo feito em termos de financiamento dos ODS, mas também que ainda existem sinergias a serem exploradas com baixo custo e alto impacto. Este documento nos convida a sermos mais criativos — e assertivos — para que possamos ampliar nossos esforços de direcionar os recursos necessários para que os ODS possam se concretizar até 2030.

O PNUD está ao lado da ABDE e do Sistema Nacional de Fomento nesse caminho para construir quantas pontes forem necessárias para alcançarmos, juntos, o futuro que todos desejamos.

Katyna Argueta

Representante Residente do PNUD no Brasil

Siglas e Abreviações

ABDE	Associação Brasileira de Desenvolvimento
AFD	Agência Francesa de Desenvolvimento
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CBI	Climate Bonds Initiative
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
ENFI	Estruturas Nacionais de Financiamento Integradas
IFDs	Instituições Financeiras de Desenvolvimento
MPMEs	Micro, pequenas e médias empresas
NDC	Contribuição Nacionalmente Determinada
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ODS 1	Erradicação da pobreza
ODS 2	Fome zero e agricultura sustentável
ODS 3	Saúde e bem-estar
ODS 4	Educação de qualidade
ODS 5	Igualdade de gênero
ODS 6	Água potável e saneamento
ODS 7	Energia limpa e acessível
ODS 8	Trabalho decente e crescimento econômico
ODS 9	Indústria, inovação e infraestrutura
ODS 10	Redução das desigualdades
ODS 11	Cidades e comunidades sustentáveis
ODS 12	Consumo e produção responsáveis
ODS 13	Ação contra a mudança global do clima
ODS 14	Vida na água
ODS 15	Vida terrestre
ODS 16	Paz, justiça e instituições eficazes
ODS 17	Parcerias e meios de implementação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRSA	Política de Responsabilidade Socioambiental
SBP	Social Bond Principles
SNF	Sistema Nacional de Fomento
TCFD	Taskforce on Climate-related Financial Disclosures
UE	União Europeia

Instituições Associadas da ABDE

- AFAP** — Agência de Fomento do Estado do Amapá S.A.
- AFEAM** — Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A.
- AGE** — Agência de Empreendedorismo de Pernambuco
- AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS**
- AGERIO** — Agência Estadual de Fomento
- AGN** — Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A.
- BADESC** — Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A.
- BADESUL** — Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento
- BANCO DA AMAZÔNIA**
- BANCO SICREDI**
- SICOOB** — Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
- BANDES** — Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A.
- BANESE** — Banco do Estado de Sergipe
- BANESTES** — Banco do Estado do Espírito Santo S.A.
- BANPARÁ** — Banco do Estado do Pará S.A.
- BANRISUL** — Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.
- BB** — Banco do Brasil S.A.
- BDMG** — Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A.
- BNB** — Banco do Nordeste S.A.
- BNDES** — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- BRDE** — Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
- BRB** — Banco de Brasília
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**
- CRESOL** — Cresol Confederação
- DESENBÁHIA** — Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A.
- DESENVOLVE** — Agência de Fomento de Alagoas S.A.
- DESENVOLVE MT** — Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso S.A.
- DESENVOLVE RR** — Agência de Desenvolvimento de Roraima S.A.
- DESENVOLVE SP** — Agência de Desenvolvimento Paulista
- FINEP** — Inovação e Pesquisa
- FOMENTO PARANÁ** — Agência de Fomento do Paraná S.A.
- GOIÁS FOMENTO** — Agência de Fomento de Goiás S.A.
- PIAUI FOMENTO** — Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí S.A.
- SEBRAE** — Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas





OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

1 ERRADICAÇÃO
DA POBREZA



2 FOME ZERO
E AGRICULTURA
SUSTENTAVEL



3 SAÚDE E
BEM-ESTAR



4 EDUCAÇÃO DE
QUALIDADE



5 IGUALDADE
DE GÊNERO



6 ÁGUA POTÁVEL
E SANEAMENTO



7 ENERGIA LIMPA
E ACESSÍVEL



8 TRABALHO DECENTE
E CRESCIMENTO
ECONÔMICO



9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO
E INFRAESTRUTURA



10 REDUÇÃO DAS
DESIGUALDADES



11 CIDADES E
COMUNIDADES
SUSTENTÁVEIS



12 CONSUMO E
PRODUÇÃO
RESPONSÁVEIS



13 AÇÃO CONTRA A
MUDANÇA GLOBAL
DO CLIMA



14 VIDA NA
ÁGUA



15 VIDA
TERRESTRE



16 PAZ, JUSTIÇA E
INSTITUIÇÕES
EFICAZES



17 PARCERIAS E MEIOS
DE IMPLEMENTAÇÃO



Conteúdo

CARTA DE APRESENTAÇÃO.....	6
SIGLAS E ABREVIÇÕES.....	8
INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS DA ABDE.....	9
RESUMO EXECUTIVO.....	15
1. INTRODUÇÃO.....	19
1.1 Contexto.....	19
1.2 Sobre a publicação do Projeto ODS ABDE-PNUD.....	21
2. METODOLOGIA PARA VERIFICAÇÃO DE ALINHAMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE FOMENTO À AGENDA 2030.....	24
2.1 Boas práticas e metodologias de verificação da aderência de carteiras aos ODS internas e externas ao Sistema Nacional de Fomento.....	24
2.2 Metodologia e critérios de classificação dos financiamentos do SNF nos ODS.....	31
3. RESULTADOS DA ADERÊNCIA DO SISTEMA NACIONAL DE FOMENTO AO FINANCIAMENTO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	35
4. CONCLUSÃO E PRÓXIMOS PASSOS.....	41
5. ANEXOS METODOLÓGICOS.....	42
Anexo (a) — Considerações especiais sobre a metodologia adotada e resultados.....	42
ANEXO (B) — Opções metodológicas de classificações de linhas específicas.....	42
6. REFERÊNCIAS.....	44

Lista de Figuras

FIGURA 1. Referências internas e externas de boas-práticas para a criação da metodologia de aderência do Sistema Nacional de Fomento aos ODS	24
FIGURA 2. Materiais analisados de referências externas.....	25
FIGURA 3. Boas-práticas de destaque.....	31
FIGURA 4. Etapas da construção da metodologia ABDE-PNUD.....	31
FIGURA 5. Instituições analisadas pela metodologia ODS ABDE-PNUD	32
FIGURA 6. Classificação da Linha Badesc Saúde e Saneamento nos ODS.....	33
FIGURA 7. Desembolsos do SNF para os ODS (em R\$ bilhões).....	35
FIGURA 8. Total desembolsado por ODS pelo SNF em 2020, 2021 e 2022 (em R\$ milhões)36	
FIGURA 9. Desembolsos do SNF classificados nos ODS por ano (em R\$ milhões).....	37
FIGURA 10. Radar das contribuições do Sistema Nacional de Fomento aos ODS.....	38
FIGURA 11. Evolução dos desembolsos por ODS.....	39

Lista de Tabelas

TABELA 1. Macroanálise comparativa das referências externas.....	30
TABELA 2. Macroanálise comparativa das referências internas.....	30
TABELA 3. Exemplos de linhas e programas de financiamento mapeados nos ODS 3, ODS 4 e ODS 5 (lista não-exaustiva)	40



Resumo Executivo

O avanço da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, fruto do consenso entre os 193 países-membros da Nações Unidas, depende em grande medida do setor financeiro e especialmente do conjunto de instituições do Sistema Nacional de Fomento. A Agenda 2030, que pauta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), é um convite para essas instituições endereçarem os principais desafios globais atuais, ao passo que aponta para o alinhamento estratégico de suas capacidades com as necessidades da transição para um novo paradigma de desenvolvimento.

Reconhecendo a importância de desenvolver taxonomias e metodologias padronizadas que permitam conhecer e reportar a distribuição de recursos financeiros do Sistema Nacional de Fomento nos ODS, a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) — criaram, em 2021, o projeto *Formulação e implementação de metodologia para verificação de alinhamento do Sistema Nacional de Fomento à Agenda 2030* (Projeto ODS ABDE-PNUD). O objetivo da iniciativa foi mensurar a contribuição das instituições do Sistema Nacional de Fomento à Agenda 2030 a partir do mapeamento e classificação dos recursos disponibilizados pelo SNF nos 17 ODS. Assim, a *Metodologia ABDE-PNUD de Alinhamento do Sistema Nacional de Fomento aos ODS*, produto dessa iniciativa, representa um esforço inovador de mapeamento e classificação das ações, programas e produtos para o financiamento do desenvolvimento sustentável.

O presente trabalho teve como pergunta norteadora **“Qual é a contribuição do Sistema Nacional de Fomento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?”** e teve como principais objetivos:

- Mensurar o alinhamento do SNF à Agenda 2030;
- Expandir a capacidade do Sistema Nacional de Fomento de contribuição para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
- Melhorar o direcionamento de fluxos de capitais para atividades com maior contribuição socioambiental;
- Identificar vocações e potenciais no financiamento dos ODS, assim como lacunas de financiamento ao desenvolvimento sustentável;
- Expandir a capacidade do Sistema Nacional de Fomento de identificar novas oportunidades de negócios e formular estratégias de desenvolvimento;
- Apoiar o desenvolvimento de taxonomias de financiamento adequadas para a atuação das Instituições Financeiras de Desenvolvimento.

Para cumprir esses objetivos, o projeto contou com uma fase de *benchmarking* de metodologias, nacionais e internacionais, para identificação de boas práticas e alternativas para a realização da classificação das carteiras do SNF aos ODS. Além disso, foram aplicados questionários e entrevistas com as associadas da ABDE, a fim de verificar ações já existentes e coletar contribuições para a construção da metodologia de mensuração da aderência dos financiamentos à Agenda 2030.

A Metodologia ABDE-PNUD de Alinhamento do Sistema Nacional de Fomento aos ODS está baseada no *matching* (ou correspondência) das linhas e produtos de crédito e financiamento das instituições com as metas dos ODS a partir de três etapas:

1. Mapeamento de linhas, produtos e programas financeiros das instituições do SNF e os desembolsos realizados em período determinado;
2. Identificação de palavras-chave nas descrições das linhas, produtos e programas mapeados, que pudessem ser associados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
3. *Matching* de palavras — fazer a correspondência de palavras-chave selecionadas com as descrições dos objetivos e metas descritos para cada um dos ODS.

Dessa forma, foi possível realizar o levantamento dos valores destinados a cada ODS por ente e pelo SNF como um todo, permitindo a ampliação do conhecimento da contribuição do Sistema ao avanço da Agenda 2030.

A metodologia foi aplicada a 24 instituições associadas à ABDE e classificou, no total, R\$ 652,5 bilhões em recursos do SNF dentro do framework dos ODS entre os anos de 2020 e 2022.

Como resultado da aplicação da metodologia, os três principais ODS financiados pelas instituições do SNF entre 2020 e 2022 foram:

- ODS 9 — Indústria, Inovação e Infraestrutura — R\$ 134,6 bilhões
- ODS 2 — Fome Zero e Agricultura Sustentável — R\$ 124,1 bilhões
- ODS 8 — Crescimento Econômico — R\$ 117,2 bilhões

Esses três objetivos concentraram 58% do total de recursos direcionados aos ODS pelo SNF no período. O ODS 11 — Cidades e Comunidades Sustentáveis, o ODS 7 — Energia limpa e acessível e o ODS 10 — Redução das Desigualdades também se destacaram. Por fim, ressalta-se o crescimento de 44% dos recursos direcionados para os ODS em 2022, com relação a 2020, e o crescimento de 200% no ODS 13 — Ação contra a mudança global do clima nesse mesmo período, refletindo a maior atuação do SNF no financiamento climático para a descarbonização da economia.

Da mesma forma, a metodologia permitiu identificar de maneira clara os ODS que recebem volumes menores de recursos, como é o caso do ODS 5 — Igualdade de Gênero e o 4 — Educação de Qualidade. Nesses casos, uma das principais oportunidades é a incorporação da transversalidade dos ODS no desenho das linhas de financiamento o que pode ser uma estratégia a ser incorporada e aprimorada pelas instituições do Sistema Nacional de Fomento. A inclusão de condicionantes ou incentivos associados aos ODS que recebem menos recursos pode ser uma oportunidade para o aproveitamento da escala já existente de produtos financeiros que atendem mais claramente os ODS mais financiados como o ODS 2, 8 e 9, e potencializar a atuação do Sistema, sem necessariamente mexer nos volumes totais ou nas características centrais das linhas. Com isso, o Sistema Nacional de Fomento

poderá ampliar sua contribuição à Agenda 2030, alavancando os recursos para o financiamento do desenvolvimento e gerando um efeito multiplicador de seus impactos no território.

Por fim, a ABDE e o PNUD esperam que a metodologia contribua para posicionar o Sistema Nacional de Fomento como ator central na discussão sobre financiamento sustentável no Brasil e na América Latina, além de orientar a atuação da ABDE no apoio aos seus associados em prol da expansão da sua contribuição para Agenda 2030 e para um futuro próspero e sustentável.



1. Introdução

1.1 Contexto

O avanço da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, fruto do consenso entre os 193 países-membros da Nações Unidas, representa um grande desafio aos países e requer união de esforços e ampla mobilização de recursos do setor público, do setor privado, do setor financeiro — especialmente do conjunto de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFDs) — além da sociedade civil, sem o qual sua consecução não será possível.

Em particular, a mobilização e direcionamento de recursos e fluxos financeiros em montantes compatíveis com o desafio de desenvolvimento se tornam peça crítica para assegurar o avanço da Agenda. As estimativas do “*gap*” de financiamento aos ODS são da ordem de US\$ 4 trilhões, segundo a OECD¹. Embora elevado, esse número representa menos de 1% do total da riqueza global, que superou os 460 trilhões de dólares no ano de 2022². Dessa forma, percebe-se que o *gap* de financiamento não tem origem na falta de recursos, mas sim, na falta de direcionamento dos recursos existentes em escala para os ODS.

Partindo dessa constatação, observam-se movimentos internacionais que buscam criar as bases, dar visibilidade, estabelecer padrões e fortalecer esse direcionamento de recursos. É o caso, por exemplo, da Agenda de Ação de Adis Abeba³ que pauta a implementação da transição sustentável. Ela propõe a criação de Estruturas Nacionais de Financiamento Integradas que contribuam para a superação de gargalos de financiamento.

Outro exemplo relevante é o *Joint Report on Multilateral Development Banks*⁴ elaborado a partir dos encontros dos principais líderes mundiais de Bancos de Desenvolvimento Multilaterais (MDBs, na sigla em inglês)⁵. Esse documento propõe mais a transparência das metas e resultados do comprometimento climático dessas instituições a partir da aplicação de uma metodologia harmonizada e princípios comuns de reporte de dados e informações de impacto de seus financiamentos. Destaca-se, ainda, dentre tantos outros, o trabalho realizado conjuntamente pela Universidade de Pequim e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) na construção de um banco de dados sobre as IFDs no nível global, com objetivo de identificar as instituições relevantes para a agenda sustentável e coletar informações sobre seu papel, funcionamento e efetividade, fortalecendo a construção da arquitetura financeira global necessária para construir a coalisão em torno dos ODS⁶.

1. OECD: “Global Outlook on Financing for Sustainable Development 2023: No Sustainability Without Equity”.

2. Credit Suisse Global Wealth Report 2022.

3. Ver: <https://sustainabledevelopment.un.org/index.php?page=view&type=400&nr=2051&menu=35>.

4. Ver: <https://is.gd/4szX80>.

5. O grupo é composto pelo African Development Bank (AfDB), Asian Development Bank (ADB), Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB), European Bank for Reconstruction and Development (EBRD), European Investment Bank (EIB), Inter-American Development Bank Group (IDBG), Islamic Development Bank (IsDB), New Development Bank (NDB) e o World Bank Group (WBG).

6. Ver: <https://www.nse.pku.edu.cn/dfidatabase/>.

Nesse movimento global, o Brasil tem um papel relevante a cumprir, considerando suas características econômicas, sociais e ambientais. No tocante ao setor financeiro, em particular, destaca-se que o Brasil conta com um sistema robusto de instituições focadas na promoção do desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável, controladas pelos governos nacional e subnacionais e por cooperativas que têm em seus mandatos o fomento explícito do desenvolvimento. Chamado de Sistema Nacional de Fomento (SNF), ele é formado por um conjunto de 34 instituições, que incluem as IFDs brasileiras, além da Finep e do Sebrae. As 34 instituições do SNF, reunidas e representadas pela Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), são:

1. Bancos públicos federais⁷ — BNDES, BB, BNB, BASA e CEF;
2. Bancos públicos comerciais com carteiras de desenvolvimento⁸ — BRB, Banestes, Banese, Banpará, Banrisul;
3. Bancos de desenvolvimento controlados por Unidades da Federação⁹ — BDMG, BRDE e Bandes;
4. Agências de Fomento¹⁰ — Afap, Afeam, Fomento TO, AGE, AGN-RN, Desenvolve MT, Desenvolve, Desenvolve RR, Piauí Fomento, AgeRio, GoiásFomento; Badesul, Badesc, Desenhahia, Desenvolve SP e Fomento PR;
5. Bancos cooperativos — Banco Sicoob, Sicredi e Cresol;
6. Instituições de fomento — Finep e Sebrae.

Esse conjunto de instituições tem posicionamento estratégico e grande relevância para apoiar o desenvolvimento sustentável do Brasil. Somadas, representam 45% do total de crédito do sistema financeiro — um portfólio de R\$ 2,3 trilhões em operações financeiras com mais de 49 milhões de clientes. O SNF também se destaca no financiamento às micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), com uma carteira de mais de R\$ 281 bilhões de crédito para o segmento. No financiamento ao setor público brasileiro, o Sistema é credor de 97% de todo o crédito para os municípios. Ademais, o SNF tem papel fundamental na viabilidade de investimentos nacionais, representando mais de 70% do financiamento de longo-prazo e de infraestrutura nacional.

7. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil (BB), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco da Amazônia (BASA) e Caixa Econômica Federal (CEF).

8. Banco de Brasília (BRB), Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes), Banco do Estado de Sergipe (Banese), Banco do Estado do Pará (Banpará), Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul).

9. Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

10. Agência de Fomento do Amapá (Afap), Agência de Fomento do Estado do Tocantins (Fomento TO), Agência de Empreendedorismo de Pernambuco (Age), Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN-RN), Agência de Fomento de Alagoas (Desenvolve), Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso (Desenvolve MT), Agência de Fomento do Estado de Roraima (Desenvolve RR), Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí (Piauí Fomento), Agência de Fomento do Estado do Amazonas (Afeam), Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro (AgeRio), Agência de Fomento de Goiás (GoiásFomento), Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenhahia), Agência de Desenvolvimento Paulista (Desenvolve SP), Agência de Fomento do Paraná (Fomento PR), Badesul Desenvolvimento (Badesul), Agência de Fomento de Santa Catarina (Badesc).

A presença do SNF no mercado de crédito é indispensável para o financiamento de setores e modalidades com externalidades positivas para o desenvolvimento econômico e social sustentável. As 34 instituições destacadas são importantes instrumentos de políticas públicas e, historicamente, foram fundamentais para avanços na redução das desigualdades, na transição para uma matriz energética mais limpa, e por sua atuação com medidas anticíclicas em períodos críticos.

Outras duas características do SNF o colocam em posição central para o financiamento da agenda sustentável no Brasil: a heterogeneidade e a capilaridade. Existe alto nível de heterogeneidade no SNF, isto é, as instituições que o compõem apresentam diferenças significativas entre si, em termos de vocação, tamanho, instrumentos, prioridades estratégicas, capacidades institucionais, entre outros fatores. Essa heterogeneidade contribui para que atuem de maneira sistêmica e complementar, promovendo iniciativas e projetos sustentáveis em diferentes dimensões, como volume de recursos, missões e nichos diversos no mercado de crédito nacional. Por outro lado, essa característica resulta em diferentes ritmos de adoção da Agenda entre as instituições.

Com relação à capilaridade, essas instituições são capazes de mobilizar recursos de diferentes fontes e exercer função importante na coordenação de ações em diferentes níveis, nacional, subnacional e regional. Essa característica torna o SNF o principal ator para alavancar estratégias e iniciativas para projetos locais, alcançando a ponta da demanda por crédito e respondendo às especificidades locais.

Essas características, somadas à capacidade de operar como sistema e ao seu histórico de cooperação com organizações internacionais e multilaterais, colocam o SNF como um dos principais atores do financiamento da Agenda 2030, com o potencial de canalizar recursos nacionais e internacionais e traduzir as ambições globais para as especificidades e realidades locais. Pode, assim, contribuir particularmente com a coordenação de ações para avançar em agendas de desenvolvimento compartilhadas, conforme definido no ODS 17 — *Fortalecer os Meios de Implementação e Revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável* promovendo efetivas transformações no território.

1.2 Sobre a publicação do Projeto ODS ABDE-PNUD

A Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) criou o Plano ABDE 2030 de Desenvolvimento Sustentável (Plano ABDE 2030), para definir estratégias e ações indutoras para o aprimoramento da atuação de suas 34 associadas no financiamento do desenvolvimento sustentável brasileiro. Além de propor cinco missões norteadoras para as ações do Sistema Nacional de Fomento no cumprimento da Agenda 2030 no Brasil, o fortalecimento do Sistema é objetivo adicional e transversal para que as instituições possam explorar suas potencialidades e alavancar projetos sustentáveis no país¹¹.

11. As cinco missões são: Futuro Digital, Inteligente e Inclusivo; Ecossistema de inovação em bioeconomia e para a Amazônia; Agronegócio engajado; Infraestrutura e cidades sustentáveis; Saúde como motor do desenvolvimento. A versão completa do Plano ABDE 2030 está disponível em: <https://abde.org.br/wp-content/uploads/2022/03/Plano-ABDE-2030-de-Desenvolvimento-Sustentavel.pdf>.

Um dos temas principais para o fortalecimento do SNF é a disseminação do papel do Sistema Nacional de Fomento¹². O Plano ABDE 2030 destaca a importância do desenvolvimento de metodologias de avaliação e monitoramento das instituições e de suas atividades, acompanhado de divulgação ampla, clara e objetiva dos dados. Esse tema busca o reconhecimento da relevância dos mecanismos de financiamento público na realização de investimentos transformadores de longo-prazo, a partir da maior transparência das instituições e melhor prestação de contas de suas atividades à sociedade.

Em razão da importância da criação de taxonomias e metodologias padronizadas para reportar a contribuição das Instituições Financeiras de Desenvolvimento, a ABDE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) elaboraram o projeto *Formulação e implementação de metodologia para verificação de alinhamento do Sistema Nacional de Fomento à Agenda 2030* (Projeto ODS ABDE-PNUD), focado na atuação, especificidades e necessidades do SNF. Iniciado em 2021, o projeto está alinhado ao Memorando de Entendimento assinado por ABDE e PNUD, com o objetivo de “promover o debate sobre o papel das instituições do SNF, considerando a agenda dos ODS”. A parceria converge com a agenda estratégica da ABDE, no sentido de mobilizar recursos e atores para potencializar a atuação das instituições do SNF no financiamento para o desenvolvimento sustentável, e com a agenda das Nações Unidas, em particular do PNUD, para promover a Agenda 2030 no Brasil.

O Projeto ODS ABDE-PNUD representa um esforço excepcional de mapeamento e classificação das ações, programas e produtos para o financiamento sustentável do Sistema Nacional de Fomento. Por estar diretamente relacionado à missão de fortalecimento do SNF no Plano ABDE 2030, contribui com uma metodologia robusta de verificação do direcionamento dos recursos disponibilizados pelas instituições para cada ODS, aumentando a visibilidade, a transparência e a disseminação da atuação orientada às premissas das finanças sustentáveis pelo SNF. Permitirá ainda que futuramente seja realizado o monitoramento e avaliação de impactos para o desenvolvimento econômico e social sustentável.

O presente trabalho teve como pergunta norteadora **“Qual é a contribuição do Sistema Nacional de Fomento aos ODS?”** e foi realizado em quatro etapas principais:

1. Identificação de boas práticas e alternativas para verificação da aderência das carteiras do Sistema Nacional de Fomento aos ODS, por meio do mapeamento de metodologias e definição de critérios gerais;
2. Realização de questionário primário e entrevistas com instituições do Sistema Nacional de Fomento;
3. Construção de metodologia de mensuração da aderência do Sistema Nacional de Fomento aos ODS;
4. Validação da metodologia por membros da ABDE e verificação da aderência dos financiamentos aos ODS.

12. Os seis temas de fortalecimento do Sistema Nacional de Fomento no Plano ABDE 2030 de Desenvolvimento Sustentável são: Disseminação do papel do Sistema Nacional de Fomento; Internalização dos ODS nos marcos institucionais; Adequação do marco institucional e regulatório das IFDs; Articulação com atores estratégicos; Fontes de recursos para a diversificação de fontes de *funding*; e o Fortalecimento do uso de modelos de *blended finance*, garantias e instrumentos inovadores.

Os principais objetivos a serem alcançados com o desenvolvimento da metodologia de verificação são:

- Mensurar o alinhamento do SNF à Agenda 2030;
- Expandir a capacidade do Sistema Nacional de Fomento de contribuição para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
- Melhorar o direcionamento de fluxos de capitais para atividades com maior contribuição socioambiental;
- Identificar vocações e potenciais no financiamento dos ODS, assim como lacunas de financiamento ao desenvolvimento sustentável;
- Expandir a capacidade do Sistema Nacional de Fomento de identificar novas oportunidades de negócios e formular estratégias de desenvolvimento;
- Apoiar o desenvolvimento de taxonomias de financiamento adequadas para a atuação das Instituições Financeiras de Desenvolvimento.

Para cumprir estes objetivos, o trabalho está dividido em duas partes:

- Na primeira são apresentadas as boas práticas de verificação da aderência de carteiras de crédito aos ODS, que contribuíram para a construção de arcabouço de Metodologia ABDE-PNUD de Alinhamento do Sistema Nacional de Fomento aos ODS, e a proposta metodológica aplicável ao conjunto de instituições do SNF.
- A segunda apresenta o resultado da aplicação da metodologia desenvolvida, isto é, a classificação dos desembolsos do SNF relacionados aos ODS, a partir de dados primários de valor contratado e/ou desembolsado por produto financeiro das instituições.

2. Metodologia para verificação de alinhamento do Sistema Nacional de Fomento à Agenda 2030

Para a construção da metodologia de mensuração e monitoramento da aderência dos recursos do SNF aos ODS, o projeto partiu da realização de *benchmarking* para identificar, analisar qualitativamente e comparar as boas práticas nacionais e internacionais. Para esse fim, foi realizado estudo exploratório, com revisão bibliográfica sobre as principais metodologias utilizadas para avaliar a contribuição sustentável de instituições financeiras, e pesquisa de metodologias em documentos oficiais de pares setoriais. Adicionalmente, foram realizados questionários e entrevistas com associados da ABDE para conhecimento tácito de suas experiências no mapeamento de fluxos de recursos e na avaliação de impacto nos ODS.

2.1 Boas práticas e metodologias de verificação da aderência de carteiras aos ODS internas e externas ao Sistema Nacional de Fomento

A investigação de exemplos de boas práticas para a verificação da aderência das ações de instituições de fomento aos ODS selecionou nove referências para a construção do arcabouço da Metodologia ABDE-PNUD de Alinhamento do Sistema Nacional de Fomento aos ODS. Desse total, quatro são internas — metodologias criadas por entes do Sistema Nacional de Fomento; quatro referências são externas, desenvolvidas e aplicadas em outras instituições, e uma referência considerada interna e externa por englobar as instituições do SNF, mas ser aplicada também às operações de instituições financeiras privadas. A etapa de *benchmarking* buscou assim identificar (1) métodos de avaliação de alinhamento de recursos e de avaliação de impacto nos ODS para as instituições de fomento, (2) os principais elementos utilizados e (3) os desafios da construção de cada arcabouço metodológico. Constitui-se, portanto, referencial de boas práticas a ser seguido. A Figura 1 apresenta as entidades que fizeram parte do processo de *benchmark* como referência para o desenvolvimento da metodologia de aderência do SNF aos ODS:

FIGURA 1. Referências internas e externas de boas-práticas para a criação da metodologia de aderência do Sistema Nacional de Fomento aos ODS

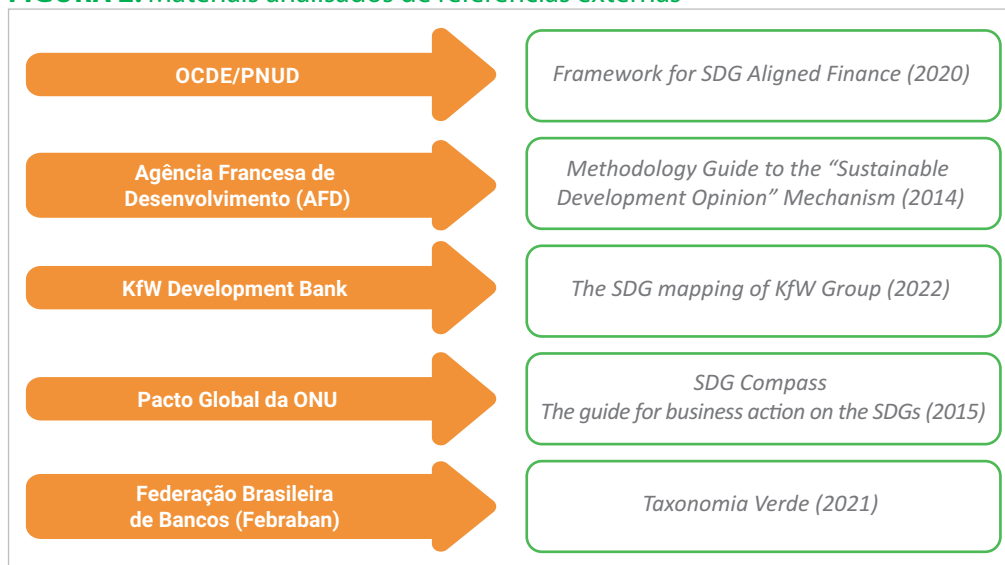
INTERNAS	EXTERNAS
BNDES	OCDE/PNUD
Banco do Brasil	AFD
BRDE	KFW
BDMG	Pacto Global da ONU
Febraban	

Fonte: Elaboração própria.

Para as referências externas, os materiais analisados foram os documentos de referência no tema publicado pelas instituições, conforme apresentado na Figura 2.

O *Framework for SDG Aligned Finance* desenvolvido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o PNUD foi construído para apoiar na identificação de desafios comuns, de temas e de soluções para melhorar o alinhamento do financiamento aos ODS. O objetivo final era aprimorar o impacto do financiamento público e privado a partir do melhor uso dos recursos e do direcionamento ao desenvolvimento sustentável¹³.

FIGURA 2. Materiais analisados de referências externas



Fonte: Elaboração própria.

O *framework* OCDE-PNUD apresenta recomendações para alinhamento dos financiamentos em três eixos principais¹⁴: (1) políticas — melhores políticas para melhorar a integração e eficiência dos mercados; (2) padrões — harmonização de definições, métricas e *ratings*, transparência e compartilhamento de boas práticas; (3) ferramentas — questões de *de-risking*, digitalização e parcerias. Esse roteiro em direção ao alinhamento do desenvolvimento sustentável ressalta a importância da harmonização da avaliação dos impactos do financiamento, considerando padrões, metodologias/taxonomias comuns de diversos atores para o monitoramento das ações, além da revisão frequente do *framework* e seus resultados.

No *Methodology Guide to the "Sustainable Development Opinion" Mechanism*¹⁵, da AFD, são disponibilizadas as diretrizes para a elaboração de opiniões e questionamentos nos ciclos dos projetos, sendo uma metodologia de apoio à inclusão intersectorial do desenvolvimento sustentável nas operações de financiamento da AFD. A metodologia sugere uma classificação que vai além de aspectos financeiros e riscos setoriais dos projetos para facilitar a formulação de opiniões/determinação de alinhamento dos financiamentos aos ODS.

13. O *Framework for SDG Aligned Finance* está disponível em: <https://is.gd/rcm0u1>. Acesso em dezembro de 2022.

14. Os exemplos para cada eixo não são lista exaustiva dos elementos mencionados no relatório.

15. O *Methodology Guide to the "Sustainable Development Opinion" Mechanism* está disponível em: <https://is.gd/udlsRG>. Acesso em dezembro de 2022.

A metodologia da AFD considera seis dimensões operacionais para o desenvolvimento sustentável: (1) desenvolvimento econômico; (2) bem-estar social e redução das desigualdades; (3) equidade de gênero; (4) conservação da biodiversidade, meio ambiente e recursos naturais; (5) mitigação de mudanças climáticas e seus impactos e (6) sustentabilidade dos impactos e da governança dos projetos. Para cada uma das dimensões são realizadas perguntas que devem ser respondidas de acordo com o impacto esperado do projeto, pontuados em uma escala de “não aplicável”, neutro (= 0), impacto individual/micro (= 1), impacto médio (= 2), impacto estrutural (= 3), impacto negativo a ser mitigados durante a avaliação do projeto (= -1) e impactos muito negativos que podem inviabilizar o financiamento (= -2). Dessa forma, a AFD possui orientação e critérios claros de classificação de todos os seus projetos, endereçando inclusive efeitos negativos aos ODS, que contribuem para um reporte mais aproximado de suas ações para o financiamento da Agenda 2030.

O banco de desenvolvimento alemão KfW tem metodologia própria¹⁶ de mapeamento e reporte das contribuições dos financiamentos realizados com foco nos ODS derivada da Teoria da Mudança^{17,18}. A metodologia está apoiada no conceito de cadeia de impacto, que se inicia no financiamento e segue para as atividades financiadas, para o resultado do financiamento para o beneficiário e termina com as externalidades mensuráveis para a sociedade, impactando os ODS. A metodologia é baseada no entendimento do KfW sobre as características específicas de cada área de negócios financiada e dos impactos derivados do financiamento. Foram utilizados mais de 1.500 indicadores, além de taxonomias internacionais, marcos de desenvolvimento, metas estratégicas e setores econômicos, para criar a classificação dos dados de financiamento em ODS específicos.

O *SDG Compass* do Pacto Global da ONU¹⁹ oferece um guia para que empresas alinhem, administrem e mensurem suas atividades e estratégias aos ODS. O guia é composto de cinco passos que auxiliam as empresas a maximizarem suas contribuições aos ODS, especialmente no caso de empresas de maior porte. Os passos principais são: (1) compreensão dos ODS; (2) priorização; (3) definição de objetivos; (4) integração; (5) reporte e comunicação. O *SDG Compass* fornece recomendações de reporte e comunicação úteis para a criação de metodologias de avaliação de contribuições aos ODS, como a consideração dos impactos em cadeia do financiamento de negócios, que contribuem para a classificação mais aproximada de operações de crédito para empresas em ODS específicos.

Por fim, a Taxonomia verde da Febraban²⁰ é a metodologia de classificação das atividades financiadas pelo setor bancário brasileiro a partir de aspectos socioambientais e climáticos. A metodologia combina referências nacionais

16. A nota metodológica está disponível em: <https://is.gd/NdH0aT>. Acesso em dezembro de 2022.

17. A Teoria da Mudança é uma ferramenta utilizada para a avaliação de impacto, que descreve como um programa gera resultados específicos a partir de resultados intermediários (Rodrigues, 2021).

18. Para a referência da nota de rodapé 14, consultar: Rodrigues, Patrícia Peres et al. Teoria da mudança e metodologias de avaliação de projetos sociais nas organizações. Revista de Empreendedorismo, Negócios e Inovação, v. 6, n. 1, p. 55-74, 2021. Disponível em: <https://is.gd/uUV9UI>. Acesso em dezembro de 2022.

19. O guia SDG Compass e outros materiais relacionados estão disponíveis em: <https://sdgcompass.org/>. Acesso em dezembro de 2022.

20. A Taxonomia verde da Febraban pode ser consultada em: <https://is.gd/qYCSCs>. Acesso em dezembro de 2022.

e internacionais que estão sendo adotadas pelo sistema financeiro para classificar o crédito sob o prisma socioambiental e climático, a partir de três modalidades: (i) Economia Verde — potenciais impactos positivos para o meio ambiente; (ii) Exposição às mudanças climáticas — atividades com maior exposição aos riscos físicos e de transição relacionados às mudanças climáticas; (iii) Exposição ao risco ambiental.

Na modalidade de Economia Verde, as CNAEs (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) foram avaliadas frente às taxonomias da *Climate Bonds Initiative* (CBI), a Taxonomia da União Europeia (UE) e aos *Social Bond Principles* (SBP), para verificação de alta ou moderada contribuição. No caso da exposição às mudanças climáticas, foi realizada a correspondência de setores da estrutura da CNAE com os setores com maior probabilidade de sofrer impactos financeiros relacionados às mudanças climáticas, conforme definido pela *Task-Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD), para verificação de alta ou moderada exposição das operações de financiamento. Por fim, na modalidade de exposição ao risco ambiental, foi feita a correspondência dos setores CNAE com a classificação da resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que categoriza tipos de atividades ou empreendimento de acordo com seu potencial de causar significativo impacto ambiental. A partir disso, é verificada se a exposição do financiamento é alta ou moderada. A metodologia também classifica linhas e programas que contêm critérios socioambientais definidos.

BOX 1. BNDES

Em 2019, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançou o Portal ODS, uma página da web que tem como objetivo apresentar os desembolsos do Banco em cada Unidade da Federação por ODS. A iniciativa está em consonância com a Política de Responsabilidade Socioambiental do Banco, que prevê alinhamento estratégico não só aos ODS, mas também à Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) brasileira.

O BNDES adotou um processo de *parametrização* para identificar quais das 169 metas relativas aos ODS tinham aderência aos projetos do banco. Essa parametrização extrai das bases de dados do banco as informações necessárias das operações, considerando os objetivos das soluções financeiras e os setores econômicos que guardam relação com os temas dos ODS, utilizando a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Cnae) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A análise resultou em 62 metas condizentes com as soluções financeiras da instituição.

Para relacionar as operações do BNDES e os respectivos ODS, foi desenvolvida uma matriz de solução financeira *versus* meta ODS. Cada solução financeira foi cotejada com as 62 metas, e, quando aderentes, foram classificadas no ODS correspondente. Embora os setores de baixa compatibilidade com os ODS tenham sido excluídos (como, por exemplo, usinas termelétricas), seus projetos de inovação foram admitidos, pois têm o potencial de conter os impactos negativos oriundos de suas atividades. Os desembolsos foram agregados anualmente, desde 2015, ano de elaboração dos ODS.

Fonte: Metodologia de identificação da contribuição do BNDES para os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS)²¹ e Taxonomia de Sustentabilidade do BNDES — Revisão 2021²².

21. Metodologia de identificação da contribuição do BNDES para os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) está disponível na Nota Técnica BNDES de maio de 2021, que pode ser consultada em: <https://is.gd/pcjXmj>. Acesso em dezembro de 2022.

22. A Taxonomia de Sustentabilidade do BNDES — Revisão 2021 está disponível em: <https://shorturl.at/nzDGI>. Acesso em dezembro de 2022.

Algumas instituições do SNF têm metodologias próprias de avaliação de impacto nos ODS, como é o caso do BNDES, BDMG, BRDE e Banco do Brasil. Os arcabouços já institucionalizados e validados por instituições do SNF foram especialmente relevantes para o trabalho de criação da Metodologia ABDE-PNUD de Alinhamento do Sistema Nacional de Fomento aos ODS, uma vez que endereçam as necessidades específicas da análise dos dados e informações de instituições de desenvolvimento. Os Boxes 1, 2 e 3 detalham as metodologias de três dessas instituições²³.

BOX 2: BDMG

O BDMG foi um dos pioneiros na elaboração de *frameworks* e metodologias sustentáveis no Sistema Nacional de Fomento. A trajetória começou em 2013, quando o BDMG elaborou e adotou voluntariamente uma Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA). Em 2016, o banco desenvolveu e incluiu em sua política de crédito uma metodologia de gerenciamento de riscos ambientais. Mais adiante, o BDMG lançou dois *frameworks* principais para reforçar seu apoio ao desenvolvimento sustentável: o *Framework para emissão de títulos sustentáveis* e o *Framework ODS*. O primeiro, lançado em 2018, contou com apoio técnico do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para estruturar a emissão de títulos sustentáveis da instituição. O *Framework ODS*, por sua vez, tem o objetivo principal de avaliar a conformidade da carteira de crédito do banco em relação aos ODS.

O *Framework ODS* consiste em uma avaliação *ex-post* dos desembolsos efetuados pelo BDMG. As três etapas de classificação consistem em: (i) analisar as operações e classificá-las de acordo com as categorias do *framework* nas contribuições verdes e sociais; (ii) analisar as operações de crédito de acordo com o produto financeiro ofertado, a finalidade do financiamento, público-alvo, CNAE etc., observando os critérios de elegibilidade de cada categoria do *framework*; (iii) analisar os desembolsos realizados em face de cada um dos ODS relacionados. Na terceira etapa, para a avaliação dos impactos do desembolso total na economia mineira, o BDMG aplicou a metodologia da Matriz Insumo-Produto elaborada pela Fundação João Pinheiro (FJP), que permite identificar a quantidade de insumos de diferentes ramos necessária para a produção de um bem ou serviço. A partir dessa metodologia, é possível identificar os principais setores da economia e avaliar o impacto de políticas públicas sobre emprego, renda, arrecadação, entre outros.

É importante destacar que as categorias do *framework* foram consideradas apenas uma única vez, ou seja, mesmo que uma mesma operação possa ser enquadrada em mais de uma categoria, como “urbanização inclusiva e sustentável” e “recuperação econômica após desastres”, foi escolhida para fins do trabalho a categoria considerada mais representativa. Essa abordagem evita dupla contagem do volume financiado direcionado aos ODS.

Fonte: Retornos dos desembolsos do BDMG para economia de Minas Gerais (2018)²⁴ e Relatório de Sustentabilidade²⁵.

A análise comparativa dos principais elementos das metodologias analisadas foi baseada nos eixos de alinhamento do *Framework for SDG Aligned Finance* OCDE-PNUD. O resultado foi resumido nas Tabelas 1 e 2.

23. É importante ressaltar que esse benchmarking foi realizado em 2021. Dessa forma, é possível que as instituições tenham modificado e/ou aprimorado suas metodologias de avaliação desde então.

24. Retornos dos desembolsos do BDMG para economia de Minas Gerais, disponível em: <https://www.bdmg.mg.gov.br/wp-content/uploads/2018/10/Retornos-dos-desembolsos-do-BDMG-para-a-economia-de-Minas-Gerais.pdf>.

25. Relatórios de sustentabilidade do BDMG. Disponíveis em: <https://www.bdmg.mg.gov.br/relatorio-de-sustentabilidade/>.

BOX 3. Banco do Brasil

O Banco do Brasil, desde 2020, avalia os impactos socioambientais positivos sobre o montante das suas operações e linhas de crédito. A metodologia aplicada pela instituição foi desenvolvida pela SITAWI Finanças do Bem, e é fundamentada em padrões reconhecidos internacionalmente, como, por exemplo, o *Green Bond Principles* (GBP) e *Climate Bonds Standards*.

A análise da carteira é dividida de acordo com as seguintes categorias: (i) Agricultura de Baixo Carbono; (ii) Boas Práticas Socioambientais; (iii) Carteira Empresarial — CNAEs de Economia Verde; (iv) Produtos Sociais; e (v) Energia Renovável.

Dentro da primeira categoria “Agricultura de Baixo Carbono” estão incluídas as onze linhas do Plano ABC e duas linhas do Plantio Direto voltadas ao custeio de despesas operacionais.

Na categoria “Boas Práticas Ambientais” foi avaliado um conjunto de 10 linhas de financiamento com potencial de adicionalidade socioambiental, tal como o FCO Verde, Pronaf, Inovagro, entre outras.

A “Carteira Empresarial — CNAEs de Economia Verde”, por sua vez, compreende uma série de operações de crédito para setores econômicos que apresentam adicionalidade socioambiental positiva, alinhados à Taxonomia Verde da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban). A lista dessas atividades econômicas inclui energia renovável, construção sustentável, transporte sustentável, gestão de resíduos, entre outras.

Na categoria Produtos Sociais, foi incluída uma gama de programas e linhas de financiamento que contribuem para a sustentabilidade do ponto de vista social. Alguns exemplos são: Fundo de Financiamento Estudantil, Programa Minha Casa Minha Vida, BB Crédito Acessibilidade, Capital de Giro Pronampe Covid-19, entre outros.

Por fim, o banco também mantém um conjunto de linhas de financiamento destinados às fontes de energia renovável (eólica, solar, biomassa e biogás), tendo como público-alvo pessoas físicas e pessoas jurídicas.

A avaliação das linhas consistiu na verificação de seu alinhamento em relação a taxonomias nacionais e internacionais. As linhas poderiam estar integralmente ou parcialmente alinhadas do ponto de vista ambiental e integralmente ou parcialmente alinhadas do ponto de vista social. Quanto maior o nível de alinhamento sob ambos os pontos de vista, maior a adicionalidade, numa escala que abrange os níveis: Alto, Moderado, Limitado e Insuficiente.

Fonte: Framework de Finanças Sustentáveis do Banco do Brasil e Agenda 30 BB²⁶.

Da etapa de *benchmarking*, lições importantes foram extraídas para a construção da Metodologia ABDE / PNUD de Alinhamento do SNF aos ODS, conforme apresentado na Figura 3.

Por fim, conclui-se que o reconhecimento da dificuldade da tarefa de criação de metodologia/taxonomia ODS para instituições financeiras encoraja que mais atores ofereçam contribuições ao debate, a fim de melhorar a transparência do apoio às metas sustentáveis, além de análises e dados customizados que podem continuar sendo aprimorados.

26. Disponível em: https://www.bb.com.br/docs/portal/pub/CadernoAgenda30BB.pdf?=-378ee802602ae53b1621966982eb835e&pk_vid=43659bb02b14cc0c16733952744e8e4e&pk_vid=43659bb02b14cc0c16733952744e8e4e

TABELA 1. Macroanálise comparativa das referências externas²⁷

> Externas	AFD	KfW	Pacto Global	Febraban
1. Políticas				
Taxonomia				
Própria, alinhada à Agenda 2030	●	●	●	
Externa, alinhada a premissas internacionais				●
Recorte temporal				
Anualizado	●	●		●
A partir de	2014	2018	2015	2019
2. Padrões				
Apuração de dados				
Linhas de financiamento	●			●
CNAEs		●		
Produtos	●			●
Desembolsos para projetos	●		●	
3. Ferramentas				
Alinhamento aos ODS				
Nível de especificidade	Impacto em meta ODS	Impacto em meta ODS	Pode chegar à indicador	Contribuição à economia verde e exposição a riscos ambientais e climáticos
Cotejamento	Escala Padronizada	Tácito	Estrutura via análise de cadeia de valor e processos	Escala Padronizada

Fonte: Elaboração própria, baseado no *Framework for SDG Aligned Finance* OCDE-PNUD.

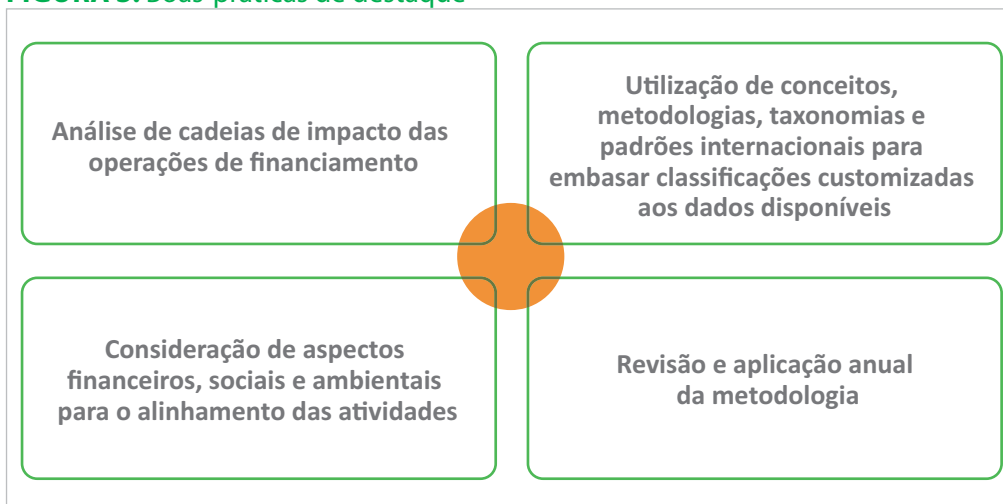
TABELA 2. Macroanálise comparativa das referências internas

> Internas	BDMG	BNDES	BRDE	BB
1. Políticas				
Taxonomia				
Própria, alinhada à Agenda 2030	●	●	●	
Externa, alinhada a premissas internacionais				●
Recorte temporal				
Anualizado	●	●	●	●
A partir de	2018	2015	2014	2020
2. Padrões				
Apuração de dados				
Linhas de financiamento		●		
CNAEs	●	●		
Produtos				
Desembolsos para projetos	●		●	
3. Ferramentas				
Alinhamento aos ODS				
Nível de especificidade	Meta ODS	Meta ODS	Meta ODS	Meta ODS
Cotejamento	Tácito	Tácito/ palavras-chaves padronizadas	Tácito	

Fonte: Elaboração própria, baseado no *Framework for SDG Aligned Finance* OCDE-PNUD.

27. A Taxonomia Verde da Febraban engloba as operações de crédito dos bancos nacionais e inclui os bancos do Sistema Nacional de Fomento que fazem parte da federação. Por isso, é considerada tanto referência externa quanto interna para os fins do presente trabalho.

FIGURA 3. Boas-práticas de destaque

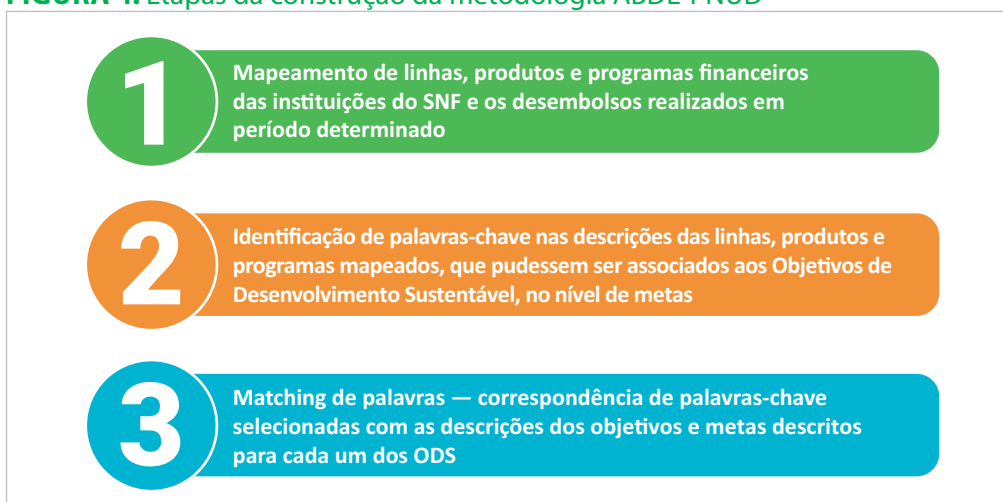


Fonte: Elaboração própria.

2.2 Metodologia e critérios de classificação dos financiamentos do SNF nos ODS

O principal objetivo da metodologia desenvolvida no Projeto ODS ABDE-PNUD é oferecer uma classificação dos financiamentos aplicável de maneira uniforme a todas as instituições do Sistema Nacional de Fomento, isto é, que sejam analisadas conjuntamente, utilizando a coleta de dados primários com associadas da ABDE para verificação da aderência aos ODS. Para isso, baseando-se principalmente nas experiências do BNDES e do KfW, destacadas na seção anterior, e levando em consideração os aprendizados adquiridos na etapa de *benchmarking* e as boas-práticas destacadas na seção 2.1, a Metodologia ABDE-PNUD de Alinhamento do Sistema Nacional de Fomento aos ODS foi construída em três grandes etapas principais, conforme a Figura 4.

FIGURA 4. Etapas da construção da metodologia ABDE-PNUD



Fonte: Elaboração própria.

Para a construção da base de dados (etapa 1), a ABDE enviou formulário de consulta para todos os seus associados, solicitando informações de linhas e programas de crédito, bem como os valores efetivamente contratados/desembolsados em cada produto. Para complementar as informações recebidas, recorreu-se à pesquisa nos sites e materiais oficiais de cada uma das instituições. Com isso, foi possível agregar informações sobre as características, objetivos, público-alvo e outras informações relevantes para a identificação de palavras-chave e classificação das ações como parte de um ou mais ODS.

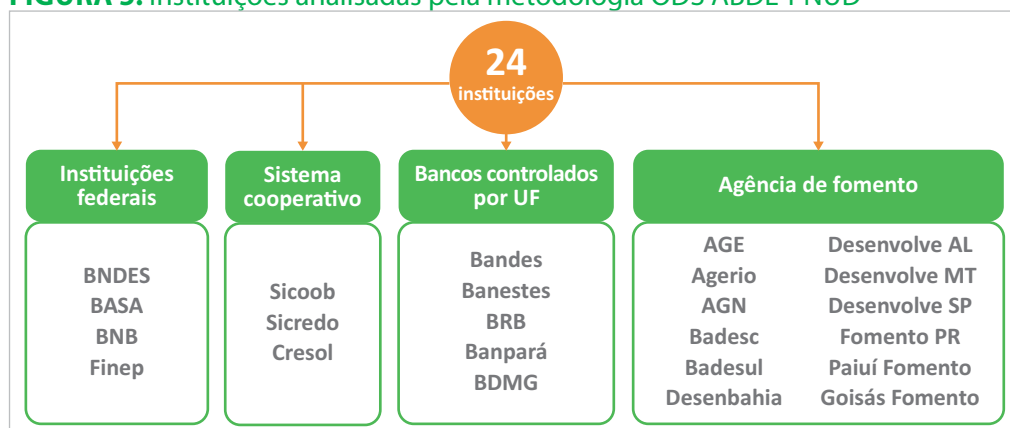
Nesse processo, buscou-se a padronização das informações a partir das fontes oficiais, identificando os objetivos e beneficiários das linhas e programas. Essa foi uma preocupação relevante na construção da metodologia, uma vez que a mesma linha poderia apresentar alterações significativas em sua descrição, a depender do formato em que estão publicadas e divulgadas (alguns formatos comuns são leis, folder executivo e comercial, relatórios ou política operacional).

Após a construção da base de dados, o passo seguinte foi a identificação de ações descentralizadas, isto é, aquelas realizadas por instituições que atuam por meio de intermediários financeiros (e/ou de segundo piso). Essa verificação teve o objetivo de evitar a dupla contagem e sobre-estimação dos resultados. Para as ações descentralizadas, optou-se por ratear os valores entre os agentes, classificando na instituição de origem do recurso todos os ODS alinhados ao programa/linha, e no ODS 17 (fortalecimento de parcerias em prol do desenvolvimento sustentável) para os intermediários financeiros.

Na identificação de palavras-chave (etapa 2), foram selecionados os termos-chaves que representam as iniciativas, buscando os termos com mais aderência à linguagem dos ODS, originando a criação de um dicionário. Em seguida, o *matching* de palavras (etapa 3) foi realizado com a correspondência das palavras-chave selecionadas de cada linha com as metas estabelecidas para o alcance dos ODS. Para o *matching* foi utilizado relatório do IPEA, que apresenta as metas globais da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável adaptadas à realidade brasileira, mantendo a abrangência e a ambição da proposta original.

Dessa forma, foi possível atribuir a cada linha e programa analisado os ODS impactados diretamente. Como resultado desse processo, foi construída uma matriz de classificação para cada produto financeiro de cada instituição analisada. O Box 4 apresenta um exemplo de aplicação da metodologia em linha de crédito para saúde e saneamento.

FIGURA 5. Instituições analisadas pela metodologia ODS ABDE-PNUD



Fonte: Elaboração ABDE.

A estimativa da distribuição dos valores destinados pelas instituições a cada objetivo dentro de uma mesma linha foi feita de forma uniforme entre os ODS sinalizados na matriz de classificação, isto é, se uma linha ou programa contribuem para “n” ODS, considerou-se que cada um recebe a proporção de 1/n do montante disponibilizado para o produto.

A Metodologia ABDE-PNUD de Alinhamento do Sistema Nacional de Fomento aos ODS de verificação da aderência do SNF aos ODS foi aplicada aos dados fornecidos por **24 instituições associadas à ABDE** (Figura 5). Desse total, quatro são instituições federais, três cooperativas, cinco bancos controlados por unidades federativas e doze agências de fomento.

BOX 4. Análise da Linha Badesc Saúde e Saneamento

1. Descrição do site oficial

Apoiar, com financiamentos de médio e longo prazo, a realização de **obras de infraestrutura e melhoria dos serviços nos municípios do Estado de Santa Catarina**, resgatando a retomada do **crescimento econômico com geração de emprego e renda à gente catarinense**. Financiando a **implantação de rede de coleta e tratamento de esgoto, coleta e disposição de resíduos sólidos, sistemas de captação, tratamento, distribuição e produção de água, controle do meio ambiente, preservação de fundo de vales, preservação de reservas naturais, implantação de aterros sanitários, construção de unidades sanitárias, cemitérios, aquisição de equipamentos hospitalares e gabinetes odontológicos**.

2. Termos selecionados

A linha utiliza os termos “Rede de Coleta e Tratamento de Esgoto” e “Sistemas de Captação, Tratamento, Distribuição e Produção de Água” que são afins às palavras-chave “Saneamento e Eficiência do Uso de Recursos Hídricos”. Os termos “Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos, Implantação de Aterros Sanitários e Construção de Unidades Sanitárias” são correspondentes à “Tratamentos De Resíduos Sólidos/Aterros Sanitários”, os termos “Controle do Meio Ambiente”, “Preservação de Fundo de Vales” e “Preservação de Reservas Naturais” foram associados à “Recuperação de Floresta Nativa, Manancial e Bacia Hidrográfica”, “Proteção e Recuperação de Unidades de Conservação” e, também, a “Controle do Meio-Ambiente”. A parte da descrição da linha sobre “Aquisição de Equipamentos Hospitalares e Gabinetes Odontológicos” foram relacionados à “Saúde”.

3. Matching de palavras

Neste exemplo, ao confrontar os termos com as descrições dos ODS, “Saneamento” está aderente aos **ODS 1, 6 e 11** e “Eficiência de Recursos Hídricos” e “Tratamentos de Resíduos Sólidos/Aterros Sanitários” aos **ODS 6, 11, 12 e 14**. As palavras-chave “Recuperação de Floresta Nativa, Manancial e Bacia Hidrográfica”, “Proteção e Recuperação de Unidades de Conservação” e “Controle do Meio-Ambiente” aos **ODS 13 e 15** e a palavra “Saúde” aos **ODS 1, e 3**.

Portanto, a linha “BADESC Saúde e Saneamento” contribui para os **ODS 1, 3, 6, 11, 12, 13, 14 e 15**.

Essa classificação resulta em uma **matriz de classificação nos ODS**, como a ilustrada abaixo:

FIGURA 6. Classificação da Linha Badesc Saúde e Saneamento nos ODS

Programa	ODS 1	ODS 2	ODS 3	ODS 4	ODS 5	ODS 6	ODS 7	ODS 8	ODS 9	ODS 10	ODS 11	ODS 12	ODS 13	ODS 14	ODS 15	ODS 16	ODS 17
Linha Badesc Saúde e Saneamento	■		■			■		■	■		■	■	■	■	■	■	

Fonte: Elaboração própria.

Para a aplicação da metodologia, as instituições forneceram os dados de desembolso mensal para cada linha de crédito, programa ou produto financeiro em seus portfólios referentes aos anos de 2020, 2021 e 2022.

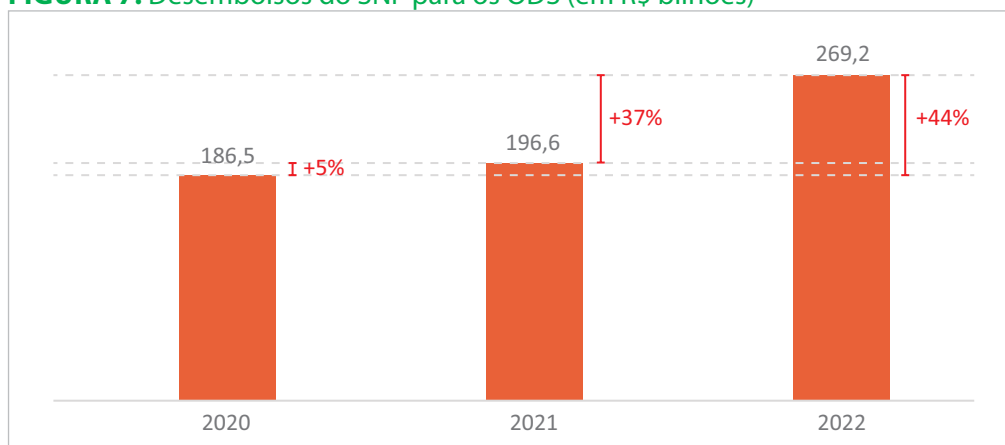
Assim, com a informação sobre a distribuição dos recursos nos ODS, foi possível obter a estimativa dos valores destinados ao alcance de cada ODS pelo Sistema Nacional de Fomento. Os resultados obtidos com a aplicação da Metodologia ABDE-PNUD de Alinhamento do Sistema Nacional de Fomento aos ODS se configuram, portanto, como uma boa proxy da contribuição mapeada do SNF para o alcance dos objetivos da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável.

3. Resultados da aderência do Sistema Nacional de Fomento ao financiamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

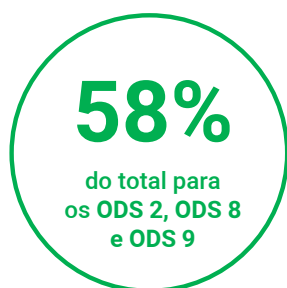
Entre os anos de 2020 e 2022, o Sistema Nacional de Fomento direcionou R\$ 652,5 bilhões aos ODS, de acordo com as estimativas da Metodologia ABDE-PNUD de Alinhamento do SNF aos ODS. Esse montante cresceu ao longo dos anos, passando de R\$ 186,5 bilhões em 2020 para R\$ 196,6 bilhões em 2021, alcançando R\$ 269,2 bilhões em 2022. Esses volumes representam um aumento de mais de 44% em dois anos, quando comparado ao ano de 2020, sendo grande parte desse crescimento concentrado no ano de 2022. A Figura 7 demonstra essa evolução ao longo dos anos.



FIGURA 7. Desembolsos do SNF para os ODS (em R\$ bilhões)



Fonte: Elaboração própria.

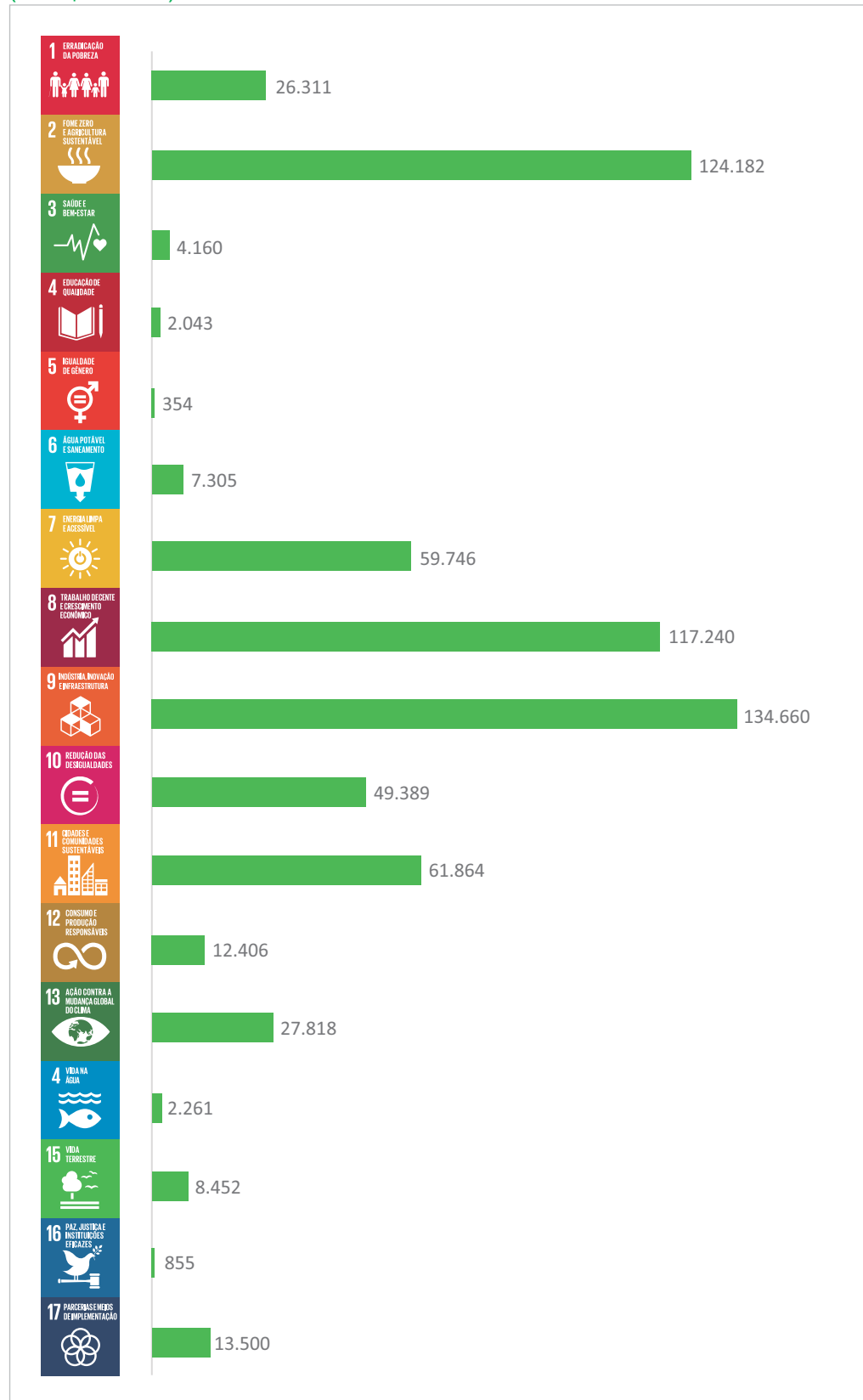


Na análise por ODS, estimou-se que os Objetivos que mais receberam recursos do SNF foram o ODS 9 — Indústria, Inovação e Infraestrutura com R\$ 134,6 bilhões, ou 21% do total, seguido pelos ODS 2 — Fome Zero e Agricultura Sustentável com R\$ 124,1 bilhões (19%) e o ODS 8 — Crescimento Econômico com R\$ 117,2 bilhões, equivalendo a 18% do total. Juntos, portanto, esses três ODS concentraram 58% do total de desembolsos.

Além desses, o ODS 11 — Cidades e Comunidades Sustentáveis, o ODS 7 — Energia Limpa e Acessível e o ODS 10 — Redução das Desigualdades receberam também desembolsos relevantes no período, com estes três ODS somando outros 26% do total. Entre os ODS que receberam os menores desembolsos, destacam-se os ODS 4, Educação de Qualidade, o ODS 5 — Igualdade de Gênero e o ODS 16 — Paz, Justiça e Instituições Eficazes. Cabe ressaltar que a metodologia é capaz de captar as contribuições no ODS 17 — Parcerias e Meios de Implementação, notavelmente um ODS de difícil mensuração nas instituições do sistema financeiro.

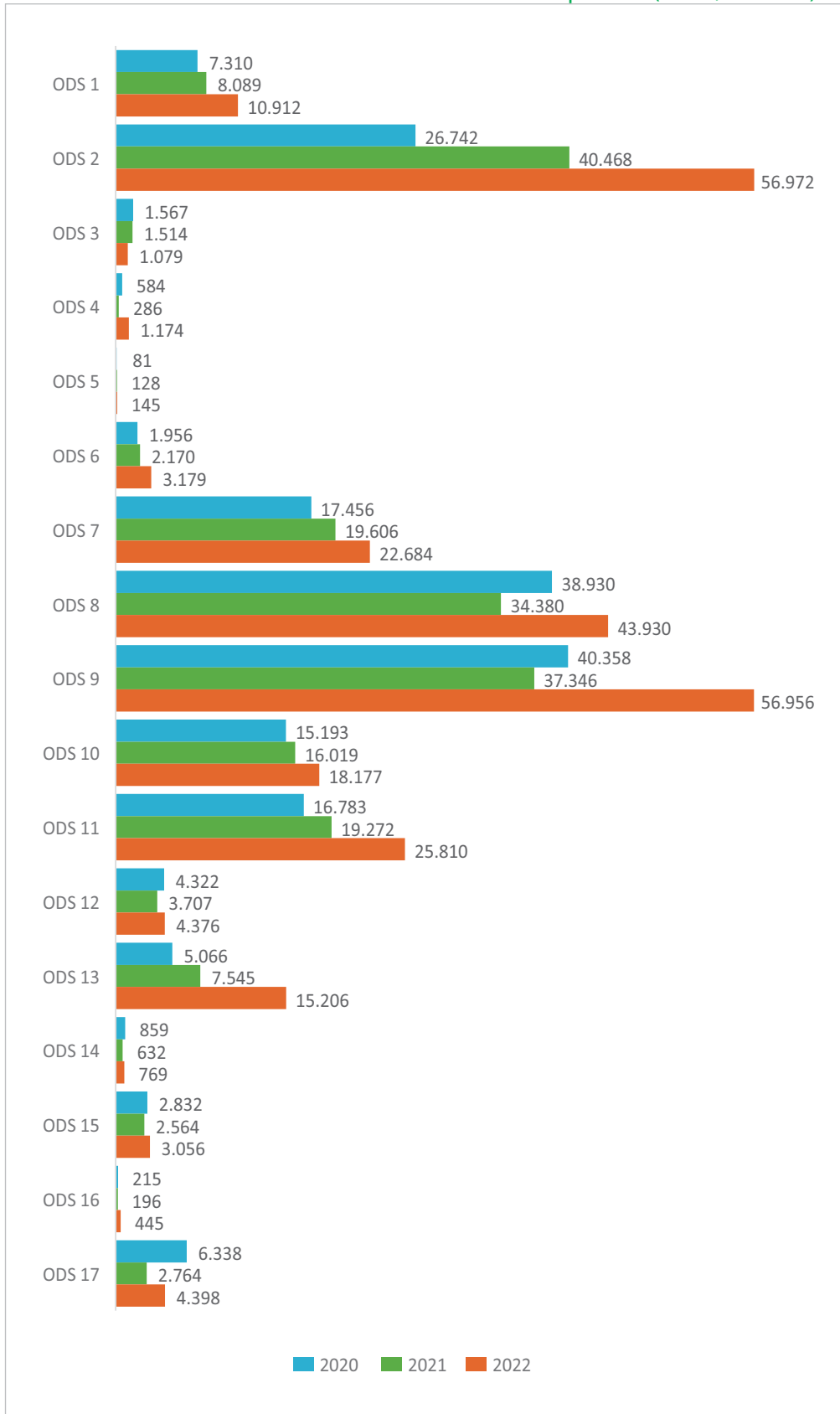
As Figuras 8 e 9 apresentam a distribuição dos recursos por ODS e a sua variação ao longo dos três anos, e a Figura 10 apresenta a mesma informação, porém de uma maneira visual agregada.

FIGURA 8. Total desembolsado por ODS pelo SNF em 2020, 2021 e 2022 (em R\$ milhões)



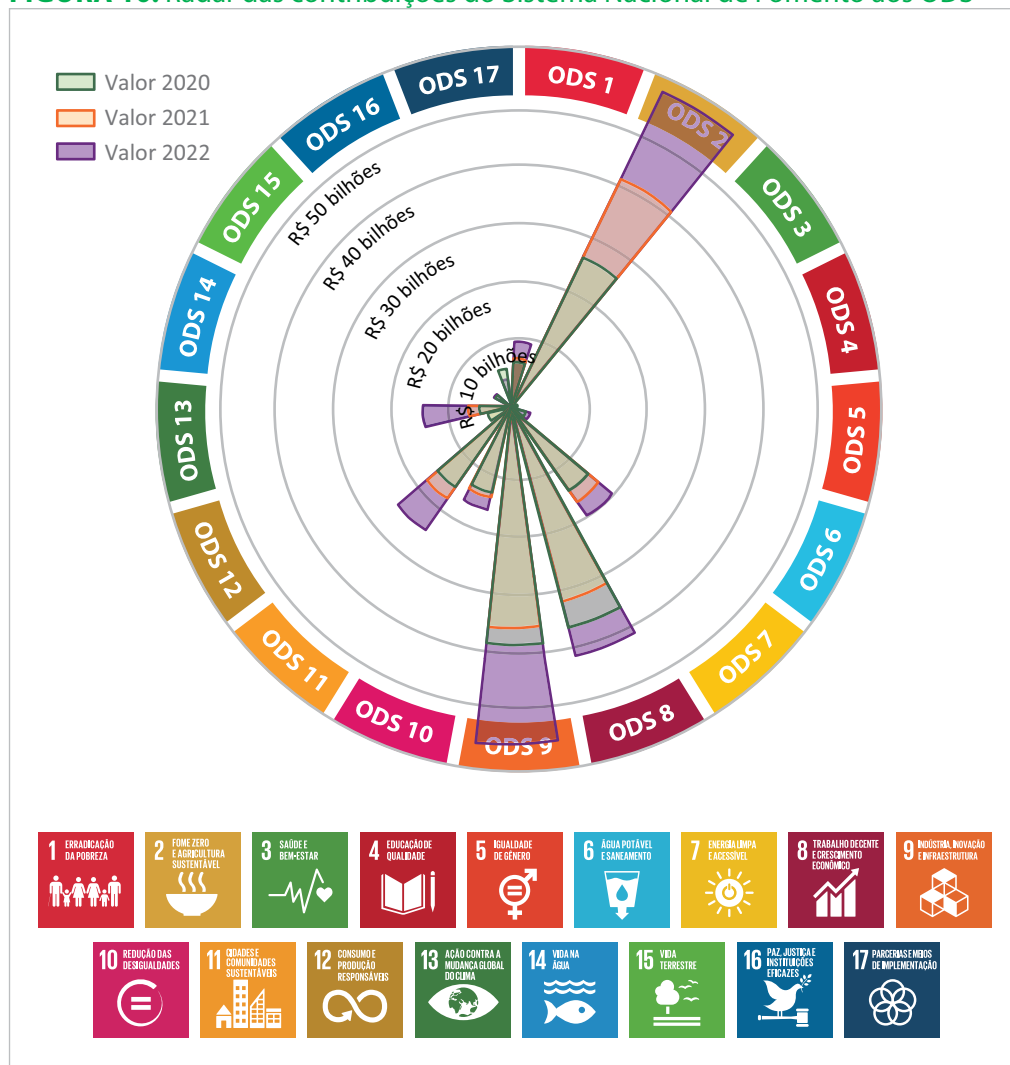
Fonte: Elaboração própria.

FIGURA 9. Desembolsos do SNF classificados nos ODS por ano (em R\$ milhões)



Fonte: Elaboração própria.

FIGURA 10. Radar das contribuições do Sistema Nacional de Fomento aos ODS



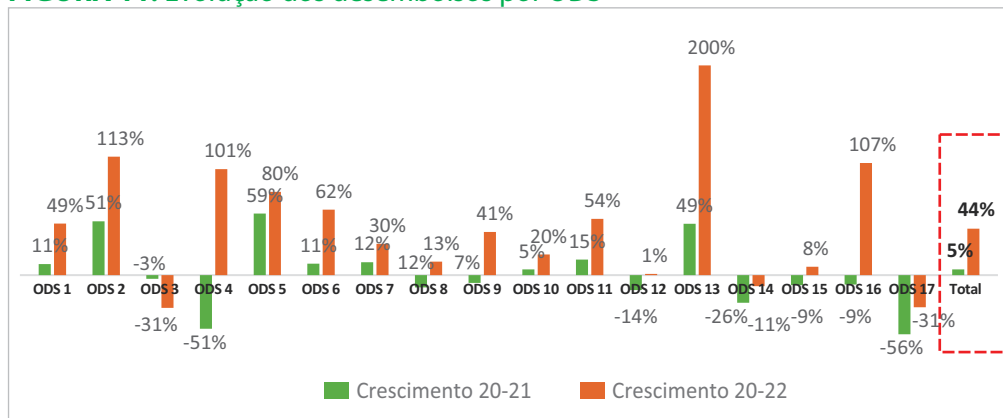
Fonte: Elaboração própria.

A evolução percentual anual dos desembolsos pode ser observada na Figura 11. No total, os desembolsos cresceram 5% em 2021 e 44% em 2022 em relação a 2020, demonstrando o avanço do alinhamento da atuação do Sistema Nacional de Fomento à Agenda 2030 em diversas frentes. O ODS que mais cresceu em 2022 foi o ODS 13 — Ação contra a Mudança Global do Clima, refletindo a maior atuação do SNF no financiamento climático para a descarbonização da economia. Alguns ODS tiveram reduções significativas em ambas as comparações anuais dos desembolsos, como é o caso do ODS 3 — Saúde e bem-estar, possivelmente em razão da redução do esforço emergencial das IFDs no combate aos efeitos da crise da COVID-19.

Importante reconhecer que a distribuição dos desembolsos pelos ODS reflete, principalmente, o perfil e mandato de atuação dessas instituições para o desenvolvimento dos territórios, a vocação de cada instituição e as características do mercado relativo a cada ODS. Assim, entre as razões que explicam o maior volume de recursos para os ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável) e ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), inclui-se o fato de que nos setores relacionados aos

ODS os desembolsos contam com “tickets médios” maiores — isto é, nesses setores o número de operações é menor e o volume de recursos é maior por operação. Além disso, no caso do ODS 2, destaca-se em particular que o SNF é um dos principais braços financeiros dos grandes programas de financiamento agropecuário no país²⁸.

FIGURA 11. Evolução dos desembolsos por ODS



Nota: Comparação de valores nominais.

Fonte: Elaboração ABDE.

Por outro lado, o baixo volume de recursos, relativamente aos citados anteriormente, direcionados a alguns ODS — como o ODS 5 — Igualdade de Gênero, ODS 4 — Educação de Qualidade, ODS 14 — Vida na Água, ODS 3 — Saúde e Bem-estar, dentre outros, apesar de chamar atenção, não significa que o SNF não atue nesses ODS, mas sim que os recursos não estão sendo direcionados proativamente para esses ODS por meio das linhas de financiamento e produtos financeiros na mesma escala que os demais. De maneira semelhante, isso reflete características mercadológicas e setoriais, nas quais incluem-se os seguintes fatos²⁹:

1. as linhas disponibilizadas, e as operações realizadas, têm menor valor de ticket médio— como no caso de programas que direcionam recursos a micro e pequenas empresas lideradas por mulheres, por exemplo,
2. os mandatos dos entes do SNF levam estes a focarem suas linhas em objetivos específicos não necessariamente alinhados a esses ODS, e
3. o desenho das linhas reflete esses objetivos específicos e o padrão do mercado, não integrando necessariamente outras dimensões (por exemplo, linhas de financiamento agropecuários não incluem em seu objetivo a questão de gênero). A Tabela 3 apresenta algumas linhas existentes, de maneira não exaustiva, as quais foram mapeadas e direcionam recursos para alguns do ODS citados acima.

28. O Sistema Nacional de Fomento representa 66% do crédito rural e agro no país, de acordo com os dados da Matriz de Crédito Rural do Banco Central do Brasil (dados de 2022).

29. Importante ressaltar que há fatores do lado da demanda que também contribuem para esse resultado, dentre os quais se incluem a capacidade do tomador de empréstimo de apresentar projetos em setores como educação, saúde, direito das mulheres, por exemplo; a questão das garantias; assimetrias de informação, e outros.

Neste ponto, cabe ressaltar que a incorporação de transversalidade dos ODS no desenho das linhas de financiamento pode ser uma *“low hanging fruit”* — uma oportunidade pronta para ser aproveitada — para ampliação da contribuição do SNF para o avanço da Agenda 2030.

Aproveitando a escala já existente dos recursos destinados aos ODS 2, 8 e 9, é possível — sem necessariamente mexer nos volumes totais — alavancar os ODS que hoje recebem menos recursos apenas incluindo, no desenho das linhas de financiamento, condicionantes ou incentivos relacionados aos ODS menos favorecidos. Por exemplo, as linhas direcionadas ao agronegócio (relacionadas ao ODS 2 — Fome Zero e Agricultura Sustentável), por exemplo, podem incorporar aspectos de gênero em seu desenho, passando também a contribuir para o ODS 5 (Igualdade de Gênero); as linhas direcionadas a Indústria e Inovação (ODS 9) podem incorporar aspectos relacionados à utilização sustentável de insumos ou ao descarte correto dos produtos, passando a contribuir também para o ODS 12 — Consumo e Produção Responsável, como forma de assegurar essa ampliação de impacto. Da mesma forma, linhas relacionadas ao ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) podem passar a incorporar intencionalmente questões educacionais, passando assim a alavancar o ODS 4 — Educação de Qualidade.

TABELA 3. Exemplos de linhas e programas de financiamento mapeados nos ODS 3, ODS 4 e ODS 5 (lista não-exaustiva)

ODS	Linha/Programa de financiamento
ODS 3 — Saúde e Bem-estar	BDMG Saúde
	Badesc Cidades
	Soluções Inovadoras para o combate à COVID-19 (Finep)
ODS 4 — Educação de Qualidade	Educação (Sicredi)
	Financiamento ao Desenvolvimento Paulista (Desenvolve SP)
	BNDES Finem - Educação, Saúde e Assistência Social
ODS 5 — Igualdade de Gênero	Microcrédito JUNTAS (Banestes)
	Empodera (Banpará)
	Banco da Mulher (Fomento PR)

Fonte: Elaboração própria.

Esses são apenas exemplos ilustrativos que mostram o potencial de alavancagem quando se incorpora o conceito dos ODS na sua integralidade e transversalidade, permitindo acelerar múltiplos objetivos a partir das linhas já existentes, gerando uma alavancagem positiva e um efeito multiplicador.

É importante ressaltar que esses ajustes nas linhas não precisam ser de grande magnitude nem promover mudanças em sua natureza, o que facilita a sua implementação pelo SNF. De fato, como estariam sendo feitos em linhas que movimentam muitos recursos, pequenos ajustes — ainda que marginais — poderiam facilmente multiplicar em muitas vezes os recursos direcionados aos ODS menos favorecidos, gerando um grande impacto no território.

Oportunidade mapeada

Alavancar ODS menos favorecidos considerando sua transversalidade a partir da incorporação de suas perspectivas em linhas primariamente direcionadas aos ODS mais favorecidos

4. Conclusão e Próximos Passos

O desenvolvimento e implementação, de maneira inédita, da Metodologia ABDE-PNUD de Alinhamento do Sistema Nacional de Fomento aos ODS, alinhado ao Plano ABDE 2030 e ao objetivo do PNUD de apoiar a ampliação de recursos para a Agenda 2030, é um passo essencial para fomentar o avanço dos ODS no Brasil. Além de ampliar a visibilidade, a transparência, o acompanhamento e o reporte das ações do conjunto do SNF para a sociedade, a metodologia se configura como uma ferramenta útil para cada agente do setor, permitindo que possam discutir como suas estratégias e mandatos podem ser expressos, de maneira consciente, nas suas políticas de financiamento e produtos financeiros, ampliando assim seu impacto no território.

Os resultados obtidos indicam que o SNF contribui de maneira significativa para os ODS direcionando recursos vultuosos, que superaram R\$ 650 bilhões apenas nos últimos 3 anos. Apontam também que esse direcionamento cresceu neste período, refletindo o aumento do alinhamento do SNF com a Agenda 2030.

Há uma concentração, conforme esperado, em ODS específicos, que refletem o mandato das instituições, as suas escolhas e as características do SNF. A identificação de ODS menos beneficiados, por sua vez, permite a reflexão sobre oportunidades estratégicas de atuação e posicionamento para as instituições e para o SNF. Além disso, observa-se uma enorme oportunidade de inovação e alto impacto de alavancagem destes ODS com a incorporação da perspectiva holística da Agenda 2030 nas linhas de financiamento e produtos financeiros de maior vulto, em especial no tocante à interseccionalidade dos ODS, expandindo assim ainda mais a contribuição do SNF ao desenvolvimento sustentável no país.

A ABDE e o PNUD esperam que a metodologia contribua para posicionar o Sistema Nacional de Fomento como ator central na discussão sobre financiamento sustentável no Brasil e América Latina, além de orientar a atuação da ABDE no apoio aos seus associados em prol da expansão da sua contribuição para a Agenda 2030 e um futuro próspero e sustentável.

5. Anexos Metodológicos

ANEXO (A) — Considerações especiais sobre a metodologia adotada e resultados

Conforme detalhado na seção 2.2, a metodologia de análise consiste no cotejamento das linhas de financiamento com as metas dos ODS, criando um dicionário “de-para”, com a alocação dos recursos sendo dividida de maneira uniforme entre os ODS identificados. Diante desses norteadores metodológicos, chegou-se à proposta de classificação dos ODS e às matrizes para cada instituição analisada, e posteriormente agregada e divulgada no presente relatório. O procedimento de classificação é consistente com a metodologia aplicada pelo BNDES e o banco de desenvolvimento alemão KfW, respeitando as boas práticas internacionais. No caso do BNDES, considerou-se a metodologia própria do banco e os resultados dos desembolsos por ODS, uma vez que é compatível com a abordagem da metodologia ABDE-PNUD. O desembolso total anual da soma dos ODS não reflete necessariamente o volume de recursos total desembolsado pelas instituições, já que nem todos os recursos foram classificados como direcionados aos ODS.

Um primeiro ciclo de análise dos dados na Metodologia ABDE-PNUD foi realizado em 2021 e os resultados podem ser encontrados no Plano ABDE 2030 de Desenvolvimento Sustentável, lançado em março de 2022. Para a presente publicação, foi realizado um novo ciclo de análise dos dados. Dessa forma, as contribuições nos ODS foram recalculadas, inclusive para o período de 2020 e 2021, de acordo com novos dados enviados pelas instituições em 2023. Ainda, o grupo de instituições participantes não foi o mesmo no ciclo de 2021 e no ciclo de 2023, portanto, os dados do Plano ABDE 2030 e da presente publicação não são comparáveis entre si.

Por fim, é importante salientar que se trata de uma proposta inovadora de classificação, que pode e deve ser aprimorada a partir de discussões e críticas, inclusive acerca da aderência dos termos às classificações utilizadas. Eventuais aprimoramentos serão realizados pela ABDE e pelo PNUD oportunamente.

ANEXO (B) — Opções metodológicas de classificações de linhas específicas

Algumas medidas metodológicas foram associadas a determinados aspectos das linhas, independentemente de elas conterem termos ou descrições que pudessem ser mapeadas. Dentre as que valem consideração, as mais importantes são:

- | | |
|---|---|
| 1 | Vias de transporte de bens e serviços (viaduto, rodovia, hidrovía, ferrovia, dutovia, aeroporto, porto, canal) foram classificadas em infraestrutura (ODS 9). Vias de transporte de passageiros em Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11). |
| 2 | PRONAF é um programa de governo inserido no Crédito Rural: foi classificado para erradicação da Pobreza (ODS 1), Fome Zero e Agricultura Sustentável (ODS 2) e redução das desigualdades (ODS 10), caso não houvesse especificações de subprodutos das próprias linhas. |
| 3 | Inovação Tecnológica foi classificada em Trabalho Decente e Crescimento Econômico, via aumento de produtividade (ODS 8) e nas metas de Inovação do ODS de Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9). |
| 4 | Toda linha de capital de giro inespecífica não foi atribuída a ODS. |



5	Giro voltado para micro e pequena empresas, profissionais autônomos e liberais e MEI é classificada nas metas 8.3 e 9.3 (ODS 8 e ODS 9). MEI, autônomos e informais também foram classificados em erradicação da Pobreza (metas 1.3 e 1.4 do ODS 1) em razão da definição legal do MEI.
6	PRONAMPE (com o “E” no final) é linha emergencial de socorro às atividades produtivas por conta da pandemia de SARS-COV2. Está sendo caracterizado na meta 1.5 do ODS 1 (choque econômico social e ambiental).
7	ABC (AGRICULTURA DE BAIXO CARBONO) é um programa de governo cujos recursos são frequentemente oriundos de fontes advindas do BNDES. Dessa forma, quando se trata de recurso do BNDES, não é classificado em ODS, e quando de recursos próprios da IFD, foi classificado.
8	PCA (Programa para Construção e Ampliação de Armazéns) é linha descentralizada pelo BNDES. Operações nessa linha não foram classificadas para evitar dupla contagem com o resultado do BNDES.
9	MODERAGRO é linha descentralizada pelo BNDES. Operações nestas linhas não foram classificadas para evitar dupla contagem com o resultado do BNDES.
10	MODERFROTA é linha descentralizada pelo BNDES. Operações nestas linhas não foram classificadas para evitar dupla contagem com o resultado do BNDES.
11	PRODECOOP é linha descentralizada pelo BNDES. Operações nestas linhas não foram classificadas para evitar dupla contagem com o resultado do BNDES.
12	MODERINFRA é linha descentralizada pelo BNDES. Operações nestas linhas não foram classificadas para evitar dupla contagem com o resultado do BNDES.
13	PROIRRIGA é linha descentralizada pelo BNDES. Operações nesta linha não foram classificadas para evitar dupla contagem com o BNDES.
14	Linhas do FINAME são recursos descentralizados do BNDES. Não são foram classificadas em outras IFDs para evitar dupla contagem com o BNDES.
15	INOVACRED é linha descentralizada pela FINEP. Não foi classificada para evitar dupla contagem com o resultado da FINEP.
16	FUNGETUR são recursos oriundos do Ministério do Turismo com critérios de acesso específicos, por isso não foram classificadas nos ODS.
17	PNMPO, quando recursos oriundos do Ministério do Trabalho, não foram classificados em ODS. Quando foram recursos de fontes de recursos próprio das IFDs, foram classificadas.
18	Linhas voltadas para o público feminino são enquadradas exclusivamente no ODS de Igualdade de Gênero (ODS 5).
19	Políticas Regionalizadas dentro do país e dentro dos Estados voltados para municípios por particularidades socioeconômicas foram consideradas em ODS de Redução das Desigualdades (ODS 10) e Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11), sobretudo 11.a, em atendimento a planos regionais de desenvolvimento.
20	Todas as linhas oriundas dos Fundos Constitucionais para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste foram classificadas pelo menos nos ODS 10 de Redução das Desigualdades e ODS 11 Cidades e Comunidades Sustentáveis, sobretudo 11.a, em atendimento a planos regionais de desenvolvimento, além dos ODS voltados para o objetivo finalístico das linhas.
21	Linhas criadas para diminuição dos impactos econômicos em decorrência da pandemia de Sars-Cov2 foram classificadas em Erradicação da Pobreza, sobretudo em seu item 1.5, que trata da redução da exposição da vulnerabilidade a choques e desastres econômico, sociais e ambientais.
22	Linhas decorrentes de recursos de Fundos Estaduais, criadas por iniciativa de Assembleias Legislativas ou Programas de Governo que não sejam de iniciativas autônomas das IFDs não são classificadas nos ODS.
23	AGN e BDMG apresentaram e divulgaram em seus relatórios anuais os dados de suas linhas/ programas classificados nos ODS. Mantivemos as classificações conforme publicamente divulgadas por estas IFDs.
24	BNDES possui metodologia própria. Mantivemos as classificações e resultados de desembolsos por ODS conforme informado pela IFD em sítio público.

6. Referências

O Framework for SDG Aligned Finance está disponível em: <https://www.oecd.org/development/financing-sustainable-development/Framework-for-SDG-Aligned-Finance-OECD-UNDP.pdf>. Acesso em dezembro de 2022.

O Methodology Guide to the “Sustainable Development Opinion” Mechanism está disponível em: https://www.oecd.org/dac/gender-development/Methodology%20guide_Sustainable%20development%20opinion%20mechanism.pdf. Acesso em dezembro de 2022.

A nota metodológica está disponível em: <https://www.kfw.de/nachhaltigkeit/Dokumente/Sonstiges/SDG-Methodenpapier-DE-EN-2.pdf>. Acesso em dezembro de 2022.

Para a referência da nota de rodapé 14, consultar: Rodrigues, Patrícia Peres et al. Teoria da mudança e metodologias de avaliação de projetos sociais nas organizações. Revista de Empreendedorismo, Negócios e Inovação, v. 6, n. 1, p. 55-74, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/reni/article/view/332>. Acesso em dezembro de 2022.

O guia SDG Compass e outros materiais relacionados estão disponíveis em: <https://sdgcompass.org/>. Acesso em dezembro de 2022.

A Taxonomia verde da Febraban pode ser consultada em: https://cmsarquivos.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Guia_Explicativo_da_Taxonomia_Verde_da_FEBRABAN.pdf. Acesso em dezembro de 2022.

Metodologia de identificação da contribuição do BNDES para os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) está disponível na Nota Técnica BNDES de maio de 2021, que pode ser consultada em: <https://t.ly/AeeeO>. Acesso em dezembro de 2022.

A Taxonomia de Sustentabilidade do BNDES – Revisão 2021 está disponível em: https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/b1906bb0-20a6-468e-bfaa-eb747c13ee4d/BNDES_TaxonomiaSustentabilidade_site.pdf?MOD=AJPERES&CVID=o8STBoJ. Acesso em dezembro de 2022.

Retornos dos desembolsos do BDMG para economia de Minas Gerais, disponível em: <https://www.bdmg.mg.gov.br/wp-content/uploads/2018/10/Retornos-dos-desembolsos-do-BDMG-para-a-economia-de-Minas-Gerais.pdf>.

Relatórios de sustentabilidade do BDMG. Disponíveis em: <https://www.bdmg.mg.gov.br/relatorio-de-sustentabilidade/>. Disponível em: <https://t.ly/E6Gvu>.

A proposta de adaptação das metas ODS para a realidade brasileira está disponível no relatório “Agenda 2030 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável Metas Brasileiras”, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/180801_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf. Acesso em: dezembro de 2022.

Este exemplar é parte do nosso compromisso com a responsabilidade ambiental.
Cada página foi impressa em papel proveniente de fontes responsáveis,
refletindo nosso cuidado em preservar os recursos naturais e minimizar o
impacto sobre o planeta. Edição limitada.

